



ACTUS
Advogados Associados

fls. 1

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE MISSÃO VELHA - CE.**

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT
PROMOVENTE: FÁBIO JÚNIOR ALVES PEREIRA
PROMOVIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

FÁBIO JÚNIOR ALVES PEREIRA, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no RG sob o nº 2017163907-8 SSP/CE e do CPF nº 090.528.278-62, residente e domiciliada na Sítio Bela Vista, s/n, Missão Velha-CE, CEP 63.200-000, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio dos seus advogados infra-assinados devidamente qualificado no instrumento procuratório anexo, com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com arrimo na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua da Assembléia, nº: 100, 16º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP – 20011 – 000, pelos razões de fato e direito a seguir delineadas:



1 - PRELIMINARMENTE

1.1 - NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC¹).

1.2 - DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA:

Inicialmente, com apoio nas disposições dos artigos 98² e 99³ do Código de Processo Civil, pede-se os benefícios da Gratuidade da Justiça, por declarar-se pobre na forma da lei, não podendo destarte arcar com as despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e dos seus.

1.3 – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO:

Atendendo ao disposto no artigo 319, inciso VII do CPC⁴, a Requerente **informa que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação.**

1.3 - DO PRAZO PRESCRICIONAL:

¹ “Art. 272. Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial. § 2º Sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados.”

² “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. § 1º A gratuidade da justiça compreende: I - as taxas ou as custas judiciais;”

³ “Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. [...] § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.”

⁴ “Art. 319. A petição inicial indicará: VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.”



A fim de evitar qualquer imbróglio, a parte autora vem afastar qualquer alegação de prescrição da ação que possa ser apresentada pela parte promovida.

De acordo com o Enunciado Sumular nº 405 do Superior Tribunal de Justiça “*A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos*”, cujo termo inicial, em regra, é a ciência da incapacidade, conforme Súmula 278 do STJ⁵.

Entrementes, ocorrendo pagamento parcial ainda em via administrativa, é entendimento uníssono nos tribunais pátrios que o prazo prescricional é interrompido, iniciando-se a contagem de um novo prazo trienal a partir de tal momento. Vejamos Acórdão Repetitivo prolatado pelo Superior Tribunal de Justiça.

RECURSO ESPECIAL. REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR. PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. SÚMULA Nº 405/STJ. TERMO INICIAL. PAGAMENTO PARCIAL. 1. A pretensão de cobrança e a pretensão a diferenças de valores do seguro obrigatório (DPVAT) prescrevem em três anos, sendo o termo inicial, no último caso, o pagamento administrativo considerado a menor. 2. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução/STJ nº 8/2008.⁶

Portanto, resta evidente que, *in casu*, não houve prescrição quanto ao direito do requerente, haja vista que entre o termo inicial e o termo final não transcorreu lapso temporal superior a três anos.

2 - DOS FATOS:

2.1 - DO ACIDENTE:

Em 09 de Maio de 2019, o promovente foi vitimada por um acidente automobilístico por volta das 17:30 horas na zona rural de Missão Velha/CE, sendo em

⁵ Súmula 278 STJ. “O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.”

⁶ STJ - REsp 1418347 / MG – 2ª Seção – Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva – j. 08.04.2015



razão disso lavrado **Boletim de Ocorrência nº 501-1265/2019**, cuja cópia segue acostada à documentação.

A postulante estava na garupa de uma motocicleta, modelo HONDA CG 125 FAN ES de placa NQL1279, quando sofreu acidente automobilístico, causando **lesão gravíssima na mão direita** como resultado do incidente mencionado.

2.2 – DAS SEQUELAS DO ACIDENTE:

O promovente foi, inicialmente, levado ao Hospital Regional do Cariri, onde foi constada a presença escoriações por todo o corpo, bem como, **uma fratura da diáfise da tíbia esquerda** que resultou na **incapacidade permanente deste membro**, como será descrito logo a seguir.

Para suplantar as referidas lesões, a parte autora teve que ser submetida a tratamento cirúrgico de osteossíntese.

Ocorre, Excelência, que mesmo após alta hospitalar e após o término do tratamento a promovente ainda apresenta limitação de movimentação das regiões atingidas, de modo que, tornou-se **incapaz para trabalhar com o membro lesionado e também causou perda da função do membro.**

Pois bem, como se vê, Excelência, o postulante não possuía defeito físico ou doença pré-existente, contudo, como consequência do acidente mencionado lhe sobrevieram amargas sequelas, notadamente marcadas por **limitação dos movimentos da perna fraturada, prejudicando o desempenhar de suas atividades quotidianas.**

Ressalta-se que, a despeito, das seqüelas ora descritas nesta peça preambular, é imperioso reconhecer que somente será possível ter conhecimento dos reais contornos tomados pela lesão após realização de perícia técnica, cuja necessidade está devidamente exarada em tópico a seguir.



2.3 – DO SEGURO:

Assim sendo, na forma do artigo 3º da lei 6.194/74, o promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT, requerendo a cobertura pela existência de INVALIDEZ do membro acometido pelo infortúnio.

Ainda em via administrativa, **foi liberado pela seguradora o valor de R\$ 2.362,50 (Dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos),** correspondente ao seguro de invalidez, conforme extrato que segue anexo.

Todavia, o suplicante ciente dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74⁷, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Assim sendo, **resta cristalino que à parte suplicante é devida a diferença entre o montante de 13.500,00 a que tem direito e o que foi recebido em via administrativa (R\$ 2.362,50), perfazendo uma quantia a título indenizatório/reparatório de R\$ 11.137,50 (Onze mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos).**

2.4 – DA NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA À SOLUÇÃO DA LIDE:

A realização de perícia judicial é indispensável à solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT, haja vista que somente o laudo do *expert* é capaz de delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.

⁷ “Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;”



Desta feita, de pronto, requer a parte demandante a **designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação**, para que, em tal oportunidade, seja devidamente constatada a proporção de incapacidade ocasionada pelo incidente, de modo que, sejam satisfeitos os critérios necessários ao arbitramento proporcional do seguro ora pleiteado, conforme expressa dicção legal artigos 464, *caput*⁸ e 465, *caput*⁹, ambos do CPC.

Corroborando a necessidade de realização de perícia no caso em tablado temos recentíssimo acórdão prolatado pela Egrégia Corte Julgadora do Estado do Ceará:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO INTERTEMPORAL. SENTENÇA E RECURSO ALINHADOS ÀS DISPOSIÇÕES DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DO ART. 14 DO CPC/15. seguros. INDENIZAÇÃO. DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELO CONHECIDO. SENTENÇA CASSADA EX OFFICIO. Ação de cobrança de complementação de seguro DPVAT na qual o autor/apelante alega que a indenização recebida na via administrativa foi aquém do que está previsto para a sua incapacidade. Documentos carreados aos autos não permitem avaliação do dano sofrido pelo recorrente. **Imprescindível a realização de perícia para que o laudo avalie com precisão a sequela que atinge o recorrente.** 4. Recurso conhecido. Sentença anulada ex officio.¹⁰ (Grifo nosso)

3 - DO DIREITO:

O art. 3º da lei nº. 6.194/74 estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar. Vejamos:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

⁸ “Art. 464. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.”

⁹ “Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.”

¹⁰ TJCE - AC 0140269-93.2013.8.06.0001 – 4ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Maria Gladys Lima Vieira - j. 06.11.2018



III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Desse modo, tem-se que a necessidade de pagamento de indenização securitária está pautada em uma proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o do dano sofrido pelo Autor.

Os documentos carreados a esta peça vestibular provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte suplicante ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Portanto, demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.

Assinala-se, Excelência, que o valor que o autor recebeu, de pouco mais de dois mil reais, não é suficiente para ampará-lo. Diante de tudo o que sofreu o autor e que vem sofrendo, pois ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o I, §1º, art 3º da Lei 6194, é o mais justo ao seu caso.

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência e os documentos médicos anexos, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.



Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que o autor tinha, mas é verdadeiro instrumento de auxílio em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária.

Ora, é justamente esta a finalidade do seguro: amenizar os danos acarretados pela ocorrência de sinistro!

O Seguro Obrigatório DPVAT, por seu turno, visa amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despendar; que, em um caso de invalidez permanente, nunca cessação.

Posto isto, é de louvável apreciação, Douto Julgador, a completa observância do direito da parte demandante a receber indenização em razão do evento danoso, totalizando um valor de até R\$ 13.500,00, o qual será apurado mais detidamente com a perícia judicial.

Portanto, o promovente faz *juz* a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, haja vista a perda da função do membro, devendo ser reduzido o valor já recebido, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

DIREITO PROCESSUAL. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA. REJEIÇÃO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NAS CORTES SUPERIORES. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ SUPOSTA E O ACIDENTE DE TRANSITO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA CORROBORADO PELOS ELEMENTOS DE PROVAS COLIGIDOS. LAUDO PERICIAL JUDICIAL QUE ATESTOU A INCAPACIDADE PARCIAL E DEFINITIVA NO "MEMBRO SUPERIOR DIREITO, DE NATUREZA MÉDIA. COMPLEMENTAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INALTERADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO PARCIAL CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. A preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela seguradora ré não merece maiores digressões, isso porque a matéria em discussão se encontra por demais pacificada nas Cortes Superiores, no sentido de que o art. 7º, da Lei nº. 6.194/74 (com a redação dada pela Lei nº. 8.441/92) autoriza de maneira expressa o pagamento da indenização decorrente de acidente causado por veículo automotor de via terrestre por qualquer seguradora que integre o consórcio objeto do mencionado diploma legal. 2. No boletim de ocorrência (fl. 15) consta que a recorrida sofreu acidente automobilístico, que lhe resultou "fratura na clavícula direita", o que foi corroborado pelo laudo técnico de justificativa de internação (fl. 19), registro de atendimento emergencial (fls. 35/36) e laudo de especialista em traumatologia/ortopedia (fl.37).



Outrossim, o laudo pericial judicial realizado (fls. 142/143) confirmou as lesões sofridas pela autora, inclusive, correlacionado o percentual ao dano alegado. 3. Demais disso, não havendo a seguradora ré comprovado a existência de fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do autor, entendo que restou evidenciado que o autor foi vítima de acidente de trânsito que lhe resultou perda parcial e permanente no membro superior direito, de intensidade média, no percentual de 50%, estando, portanto, caracterizado o nexo de causalidade. 4. Registre-se, por oportuno, que a recorrente pagou administrativamente a indenização questionada, ainda que parcial, o que evidencia que a própria seguradora reconheceu a presença do nexo de causalidade entre o sinistro e as lesões suportadas pela autora. Destarte, resta configurado o venite contra factum proprium a alegação da apelante de ausência de nexo causal, o que não é admitido pela jurisprudência pátria. 5. Com efeito, faz jus o recorrido ao recebimento de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte cinco reais), deduzindo a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), recebida na via administrativa (fl. 38), totalizando o montante de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), como consignado na sentença recorrida. 6. Sentença mantida. 8. Apelação Cível parcialmente conhecida e desprovida.¹¹

5– DOS PEDIDOS:

Destarte, ante o exposto, REQUER:

- a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, *caput* e §1º, I e 105, *caput*, ambos do CPC);
- b) Que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antônio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC), bem como, que os eventuais alvarás sejam expedidos em nome de **Thomaz Antônio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**;
- c) A não realização da audiência conciliatória, com a consequente cientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de

¹¹ TJCE – AC 0883690-58.2014.8.06.0001 – 2ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Francisco Gomes de Moura – j. 07.11.2018



veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.

- d) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial. (arts. 464 e 465 do CPC);
- e) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor R\$ 11.812,50 (Onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos) com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;
- f) A condenação da Requerida nas custas processuais (art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito econômico pretendido ou, em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa (art. 85, caput e §2º do CPC);

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

Dá-se a esta causa o valor de R\$ 11.137,50 (Onze mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes termos,
pede e espera deferimento.

Barbalha-CE, 30 de Março de 2020.



THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

OAB/CE 20.787

ANTÔNIO ALLAN LEITE SARAIVA

OAB/CE 23.502



“PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

OUTORGANTE:

Fábio Junior Alves Pereira, brasileiro, solteiro, portador do RG 2014163904-8, CPF 090.828.278-62, residente e domiciliado na Rua Zuca Sampaio, nº 649, Santo Antônio, Barbalha - CE (CEP 63.200-000)

OUTORGADO: THOMAZ ANTÔNIO NOGUEIRA BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 20.787 e/ou ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 23.502, ANDEISE SILVA FARIAS NOGUEIRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE sob o n.º 35.332, INGRID COSTA CARDOSO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE 39.417, e MAURO NUNES CORDEIRO FILHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 31.221, ambos com escritório situado à Rua Zuca Sampaio n.º 649, Santo Antônio, Barbalha/CE onde recebe intimações e avisos.

PODERES: O(A) outorgante concede os mais amplos, gerais, especiais e ilimitados poderes, para representá-lo(a) junto ao foro em geral, conforme o artigo 105 do CPC, bem como os poderes da cláusula “ad judicium et extra”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(os/as) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais, acompanhando-o(a) e promovendo quaisquer medidas preliminares, previstas ou assecuratórias dos seus direitos e interesses; conferindo-lhe, também, poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação e/ou procedimento, requerer gratuidade da justiça, receber e dar quitação, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, propor execução, requerer insolvência, rescisória, embargos, agravos, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda, representar junto às instituições financeiras e repartições públicas federais, estaduais e municipais; empresas públicas, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito público/privado ou pessoas físicas em geral, podendo ainda assinar declarações de isenção de imposto de renda junto a instituições financeiras, nos termos do artigo 661, parágrafo 1º, do código civil, representar o(a) outorgante perante o INSS de qualquer município da federação, podendo substabelecer (em conjunto ou isoladamente), com ou sem reserva de poderes, o presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, enfim, poderá o(s) procurador(es), praticar(em), alegar(em), promover(em) e assinar(em) todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

DECLARA o(a) outorgante, nos termos da Lei nº 13.105/15, Arts. 98 e 99 de que não possui recursos suficientes para arcar com as despesas do processo em afetar diretamente o seu próprio sustento e de sua família.

Barbalha - CE, 01 de abril de 2020

Fábio Junior Alves Pereira

631-1265 (30) : 10

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 277: 1033-1038.

substituições por meio de um processo de seleção em nível de sistema e de uma análise de impacto no nível de projeto.

[illegible]

ob obzvlášť dôležitých otázkach, ktoré súvisia s realizáciou práv a povinností štátnych orgánov, súhlasí s tým, že štátny orgán, ktorý je povinný konať, musí konať v súlade s právami a povinnosťami, ktoré mu vyplývajú z ústavy a zákonov, a že štátny orgán, ktorý je povinný konať, musí konať v súlade s právami a povinnosťami, ktoré mu vyplývajú z ústavy a zákonov.

1997, pp. 1, 158, 159)

[illegible]

POLYMER: OPA monomer reacts with amino alcohols to form poly(oxazoline)s.

inscrito na OAB RJ sob nº 17.116, advogado com escritório situado à Rua Nogueira, 90 - 1º andar, sala 101, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ nº 08.841.794/0001-27 e inscrita no OAB RJ sob nº 17.116, advogada, inscrita no CNPJ nº 08.841.794/0001-27.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

11. The following table shows the number of people who attended the concert in each age group.

10-10-1964

SECRET

CU DA 17

100

REGISTRO GERAL 2017163907 + 8 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/08/2017

NOME FÁBIO JÚNIOR ALVES PEREIRA

FILIAÇÃO JOSÉ ADÉSIO PEREIRA

MARIA ALDERISA PEREIRA

NATURALIDADE BARBALHA - CE. DATA DE NASCIMENTO 17/10/1997

D.O.C. ORIGEM

CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: 1 OFÍCIO TERMO: 23009 FOLHA: 180

LIVRO: A-47 MISSÃO VELHA - CE

090.528.273-62

P.: 199

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEPENDÊNCIA SOCIAL

PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

Polgar Direito

Foto

Assinatura: Fábio Júnior Alves Pereira

CARTEIRA DE IDENTIDADE



SISTEMA INTEGRADO DE SANEAMENTO RURAL
RUA DEL MIRO GOLVEIA, S/N - ROMEIRÃO
JUAZEIRO DO NORTE - CE - CEP: 63.050-216
C.N.P.J.: 04.815.955/0001-58 - Fone: (88) 3102-1155

CONTA D'ÁGUA

FOLHA: 1/1

ASSOCIAÇÃO	ASSOC. COM. DE CHIQUEIROS DE CABRAS E	CNPJ	05.470.449/0001-37
INSCRIÇÃO	0027932.4	EMIÇÃO	12/11/19
CLS	PAR	MES/FAT.	OUT/2019
TAR	RES		
ECONOMIAS	COM		
NF/CONTA	190234612		
OUT	0		

FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA
CHIQUEIRO DE CABRA E FORQUILHA,
SÍTIO BELA VISTA
MISSÃO VELHA

CEP: 63.200-000

LOCALIZAÇÃO
02.11.11.0000000000

ENDEREÇO DE ENTREGA

LOCALIZAÇÃO

ÚLTIMOS CONSUMOS				SERVIÇOS E TARIFAS			
MES	FAT	CONS.	OCO DC	CÓD	DESCRIÇÃO	PREST.	VALOR
OUT/19	02	000	33	001	ÁGUA		14,50
SET/19	02	000	033	029	OPERADOR		4,10
AGO/19	01	000	033	030	ENERGIA		1,06
JUL/19	00	000	026	031	TX ADMINISTRATIVA		0,80
JUN/19	01	000	044				
MAI/19	04	000	019				
ABR/19	02	000	033				
MÉDIA: 00001							

HIDROMETRIA

HIDRÔMETRO	INSTALAÇÃO	LEIT. ANT.	DT. LEITURA	LEIT. ATUAL	DT. LEITURA	CONSUMO	DIAS/CONSUMO	OCO	LEITURISTA
AI7G825646	01/01/18	00052	14/09/19	00054	17/10/19	00002	33	000	000

OBSERVAÇÕES

PARÂMETROS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

Reservatório:

Parâmetros

Padrão

Obtidos

Qtde Análise

Cor

até 15UH

pH

6,0 a 9,5

Cloro

até 5,0 mg/l

Turbidez

até 5UT

Fluor

até 1,5 mg/l

Coll. Totais

Ausente

MENSAGENS

CONSTITUICAO DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 1.111, DE 19 DE ABRIL DE 1974
DOU 19/04/1974 - P. 12

DECRETO Nº 1.111, DE 19 DE ABRIL DE 1974
DOU 19/04/1974 - P. 12

DECRETO Nº 1.111, DE 19 DE ABRIL DE 1974
DOU 19/04/1974 - P. 12

DECRETO Nº 1.111, DE 19 DE ABRIL DE 1974
DOU 19/04/1974 - P. 12

DECRETO Nº 1.111, DE 19 DE ABRIL DE 1974
DOU 19/04/1974 - P. 12

DECRETO Nº 1.111, DE 19 DE ABRIL DE 1974
DOU 19/04/1974 - P. 12

DECRETO Nº 1.111, DE 19 DE ABRIL DE 1974
DOU 19/04/1974 - P. 12



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 POLÍCIA CIVIL
 DELEGACIA MUNICIPAL DE MISSAO VELHA
 Impresso nº 2019907451

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 501 - 1265 / 2019

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
 Data / Hora da Comunicação: **11/12/2019 14:56:55**
 Data / Hora da Ocorrência: **09/05/2019 17:30:00**
 Endereço da Ocorrência: **SIT BARREIRAS CEP: 63.200-000, ZONA RURAL - MISSAO VELHA/CE**
 Ponto de Referência: **PRÓXIMO A FAZENDO SÍTIO BARREIRAS**

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **FÁBIO JÚNIOR ALVES PEREIRA**
 Nascimento: **17/10/1997** CPF: **090.528.273-62**
 RG: **20171639078** Orgão Emissor: **SSPDS** UF: **CE**
 Filiação: **MARIA ALDERISA PEREIRA**
JOSÉ ADÉSIO PEREIRA
 Endereço: **SÍTIO FORQUILHA**
 Bairro: **ZONA RURAL**
 Município: **MISSAO VELHA/CE** CEP: **63.200-000**
 País: **BRASIL** Telefone: **(88) 98138-6066**

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: NQL1279 Uf: **CE** Município: **MISSAO VELHA** Chassi: **9C2JC4120AR011482** Renavam: **167049380** Tipo do Veículo: **MOTOCICLETA** Marca / Modelo: **HONDA/CG 125 FAN ES** Ano: **2009** Ano Modelo: **2010** Combustível: **GASOLINA** Cor: **PRETA** Proprietário: **ADRIANO SIQUEIRA DOS ANJOS** Situação: **NÃO INFORMADO** Envolvimento: **ABALROAMENTO**

Histórico

Advertido das penalidades previstas nos artigos 339, 340 e 342 do CPB, compareceu em cartório desta, a pessoa acima qualificada, afirmando o seguinte; Que na data, hora e local, acima citado, o declarante afirma que sofreu um acidente de trânsito quando vinha conduzindo a motocicleta acima referida; O declarante estava levando na garupa do veículo seu cunhado ADRIANO SIQUEIRA DOS ANJOS; Que não ingeriu bebidas alcoólicas; Que não possui carteira de habilitação; Que o declarante estava trafegando no local da ocorrência quando estava realizando uma curva uma outra motocicleta veio em sentido contrário e abalroou de frente com a sua, o declarante ainda tentou desviar, porém ainda pegou na sua perna esquerda, vindo o declarante cair ao solo, o declarante não sabe informações acerca desta outra motocicleta, pois se evadiram do local após o acidente; Que, em consequência do acidente, o declarante sofreu trauma na região da perna esquerda, o garupa nada sofreu; Que o declarante foi socorrido por populares ao HOSPITAL SÃO VICENTE na cidade de Barbalha/CE; Que tem como testemunha a pessoa de: ADRIANO SIQUEIRA DOS ANJOS; Que o declarante procurou esta delegacia para lavrar este boletim de ocorrência para fins de DPVAT. E nada mais disse nem lhe foi perguntado.

Fábio Junior Alves Pereira



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA MUNICIPAL DE MISSAO VELHA

Impresso nº 2019907451

fls. 18



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 501 - 1265 / 2019

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA MUNICIPAL DE MISSAO VELHA

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :

RAFAEL BISPO COSTA - MAT.: 30092511

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

Fabio Junior Alves Pereira

VISTO DO DELEGADO(A) :

JOSÉ RONALDO LEITE - MAT.: 301255-2-5

SINISTRO 3190715148 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO MARIA GECINEIDE FERREIRA NOBRE COR. SEGUROS EIRELI

BENEFICIÁRIO FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA

CPF/CNPJ: 09052827362

Posição em 16-01-2020 09:14:45

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
06/01/2020	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

00012020 R\$ 2.365,50

R\$ 2.365,50

R\$ 0,00

R\$ 2.365,50

Valor Total R\$00,00 (0)

Imposto e Contribuição R\$00,00 (0)

Valor da Indenização R\$00,00 (0)

Data do Pagamento 31/03/2020

Liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi aprovado com a

Posição em 16-04-2020 09:14:48

CNPJ: 0808382402

BENEFICIÁRIO: JAR. L. LUIZ ALVES PEREIRA

SEGUROS EIRELI

INDENIZAÇÃO MARIA DECINEIDE FERREIRA NOBRE COR

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE

COBERTURA Invalida

VTIMA: ABIO JUNIOR ALVES PEREIRA



Hospital Maternidade São Vicente de Paulo

Radiologia - HMSVP

Pedido.....: 896098
Idade.....: 21a 7m 11d
Atendido.....: 09/05/2019
Laudo.....: 09/05/2019

Indicador: 3591785
Paciente.....: 125305 - FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA
Solicitante.....: ANTONIO HELSON V DE BRITO (HMSVP)
Origem.....: SUS - AMBULATORIO
Local.....: PRONTO SOCORRO ADULTO

PERNA ESQUERDA

Fratura de tíbia e de fíbula.

Aumento de partes moles de fíbula e tíbia proximais.



A presente cópia confere com o original exibido em Notas Dou fé. Barbalha - CE

DATA 07 NOV. 2019

Marcelino Maciel Torres - Titu
Ayla Maria de Sá Barreto Torres - Substit
Mayara de Sá Barreto Torres Lavor - Escrev
Francisco Salvarino de Lavor - Escrev
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTIC

RAPHAEL XENOFONTE MORAIS PINHEIRO
CRM 12448

	Hospital Maternidade São Vicente de Paulo Evolução Médicos	22/05/2019 10:54:04 EGURGEL
--	---	---------------------------------------

Paciente: 00125305FABIO JUNIOR ALVES
PEREIRA

Atendimento: 03591854

Unidade: ENFERMARIA 6 LEITOS

Médico: MARCELO PARENTE
OLIVEIRA(HMSVP)

Convênio: SUS -

INTERNACAO

Leito: , BLOCO IV, ENF
29-5

Serviço: ORTOPEDIA E
TRAUMAT

Evolução Médica

EVOLUÇÃO MÉDICA

ID: Fábio Júnior Alves Pereira, 21 anos, procedente de Missão Velha-CE

Em uso: Cefalotina (D13), Gentamicina (D13)

HDA: Paciente vítima de acidente motociclístico com radiografia do pronto socorro apresentando fratura exposta de ossos da perna esquerda.

HPP: Nega outras patologias

EXAMES: 10/05: HB 12,8; HT 38,8; L 9.900; N 83; B 4; LT 15; M 1; P 236.000; NA 138; K 3,6; CR 1,08; TPAE: T 14,6; A 74,3; INR 1,19; TTPA 28,9

USG DOPPLER DE MIE (18/05/19): Sem anormalidades

17/05: HB:11,2 / Ht: 37,2 / Leuco: 7.000 / Plaq: 318mil / VHS: 103 / PCR: 102,5

19/05: VHS: 75 / PCR: 70,2 // 20/05: Ur: 29,9/Cr: 1,02/VHS:47/PCR:48,1

#10/05/19: PACIENTE EM CENTRO CIRURGICO ADMITIDO PARA TRATAMENTO DE FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA. (Redução da fx e fixação com fixador com montagem em delta por instabilidade)

EVOLUÇÃO: Paciente hemodinamicamente estável, aceita bem à dieta VO, concilia o ciclo sono-vigília, diurese e evacuações presentes. Com melhora de dor moderada antes referida em membro acometido. Sem apresentar novos episódios febris. Diurese, flatos e evacuações presentes. Boa adesão à dieta.

EXAME FÍSICO:

EGB, orientado, consciente, eupnéico, hidratado, normocorado

MIE: Presença de edema local. Pulso Periféricos Presentes.

CD: Mantemos suporte médico-hospitalar

Checamos exames laboratoriais (VHS, PCR, Ur e Cr)

ALUNO ACADÊMICO
CRM - 000000



Hospital Maternidade São Vicente de Paulo

Evolução do Enfermeiro

22/05/2019
11:48:21
AZBARBOSA

Paciente: 00125305FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA
Atendimento: 03591854

Unidade: ENFERMARIA 6 LEITOS

Médico: MARCELO PARENTE
OLIVEIRA(HMSVP)

Convênio: SUS - INTERNACAO

Leito: , BLOCO IV, ENF 29-5

Serviço: ORTOPEDIA E TRAUMAT

Evolução do Enfermeiro

22/05/2019

EVOLUÇÃO DIURNA

11:59h. Paciente 21a., admitido dia 10/05/19, proveniente do centro cirúrgico em pós-operatório imediato de fixação externa de fratura exposta de ossos da perna E. Segue em pós-operatório. EGRegular. Consciente, orientado, eupneico em ar ambiente. Aceita dieta oferecida. Eliminações fisiológicas presentes. Padrão de sono e repouso preservado. Possui AVP em MSD sem sinais flogísticos. Necessita de artefatos para se locomover, pele livre de LP. Sem intercorrências. Segue aos cuidados da equipe de enfermagem. MCPM.


Antª Zuilane L.B. Vilar
ENFERMEIRA ESP.
COREN: 258.466

ANTONIA ZUILANE DE LIMA BARBOSA
COREN - 258466

ANEXO I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Relatório de Atividades - 2020

Este relatório tem por objetivo apresentar o desempenho das atividades realizadas durante o ano de 2020, bem como os resultados alcançados e as perspectivas para o ano de 2021.

As atividades foram realizadas de acordo com o planejamento estabelecido no plano de trabalho, com ênfase na execução das ações previstas para o primeiro semestre do ano.

Os resultados alcançados foram satisfatórios, com a conclusão das principais atividades e a obtenção dos objetivos estabelecidos.

As perspectivas para o ano de 2021 incluem a continuidade das atividades planejadas, com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados e na otimização dos recursos.

Assinatura: _____

Carimbo: _____

Assinatura: _____

Carimbo: _____

Assinatura: _____

Carimbo: _____



Hospital Maternidade São Vicente de Paulo
Evolução Médica

23/05/2019

07:33:54

EGURGEL

Paciente: 00125305FABIO JUNIOR ALVES
PEREIRA

Atendimento: 03591854

Unidade: ENFERMARIA 6 LEITOS

Médico: MARCELO PARENTE
OLIVEIRA(HMSVP)

Convênio: SUS -

INTERNACAO

Leito: , BLOCO IV, ENF
29-5

Serviço: ORTOPEDIA E
TRAUMAT

Evolução Médica

EVOLUÇÃO MÉDICA

ID: Fábio Júnior Alves Pereira, 21 anos, procedente de Missão Velha-CE
em uso: Cefalotina (D14), Gentamicina (D14)

HDA: Paciente vítima de acidente motociclístico com radiografia do pronto socorro
apresentando fratura exposta de ossos da perna esquerda.

HPP: Nega outras patologias

EXAMES: 10/05: HB 12,8; HT 38,8; L 9.900; N 83; B 4; LT 15; M 1; P 236.000; NA 138; K
3,6; CR 1,08; TPAE: T 14,6; A 74,3; INR 1,19; TTPA 28,9
USG DOPPLER DE MIE (18/05/19): Sem anormalidades
17/05: HB:11,2 / Ht: 37,2 / Leuco: 7.000 / Pla: 318mil / VHS: 103 / PCR: 102,5
19/05: VHS: 75 / PCR: 70,2 // 20/05: Ur: 29,9/Cr: 1,02/VHS:47/PCR:48,1

#10/05/19: PACIENTE EM CENTRO CIRURGICO ADMITIDO PARA TRATAMENTO DE
FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA. (Redução da fx e fixação
com fixador com montagem em delta por instabilidade)

EVOLUÇÃO: Paciente hemodinamicamente estável, aceita bem à dieta VO, concilia o ciclo
sono-vigília, diurese e evacuações presentes. Com melhora de dor antes referida em membro
acometido. Sem apresentar novos episódios febris. Diurese, flatos e evacuações presentes. Boa
adesão à dieta.

EXAME FÍSICO:

EGB, orientado, consciente, eupnéico, hidratado, normocorado
MIE: Presença de edema local. Pulso Periféricos Presentes.

CD: Mantemos suporte médico-hospitalar
Aguardamos conclusão de antibioticoterapia IV.

ALUNO ACADÊMICO
CRM - 000000

	Hospital Maternidade São Vicente de Paulo Evolução Médicos	24/05/2019 07:23:34 EGURGEL
--	---	---------------------------------------

Paciente: 00125305FABIO JUNIOR ALVES

PEREIRA

Atendimento: 03591854

Convênio: SUS -

INTERNACAO

Unidade: ENFERMARIA 6 LEITOS

Leito: , BLOCO IV, ENF
29-5

Médico: MARCELO PARENTE
OLIVEIRA(HMSVP)

Serviço: ORTOPEdia E
TRAUMAT

Evolução Médica

EVOLUÇÃO MÉDICA

ID: Fábio Júnior Alves Pereira, 21 anos, procedente de Missão Velha-CE
Fez uso: Cefalotina (D14), Gentamicina (D14)

HDA: Paciente vítima de acidente motociclístico com radiografia do pronto socorro apresentando fratura exposta de ossos da perna esquerda.

HPP: Nega outras patologias

EXAMES: 10/05: HB 12,8; HT 38,8; L 9.900; N 83; B 4; LT 15; M 1; P 236.000; NA 138; K 3,6; CR 1,08; TP AE: T 14,6; A 74,3; INR 1,19; TTPA 28,9
USG DOPPLER DE MIE (18/05/19): Sem anormalidades
17/05: HB:11,2 / Ht: 37,2 / Leuco: 7.000 / Plaq: 318mil / VHS: 103 / PCR: 102,5
19/05: VHS: 75 / PCR: 70,2 // 20/05: Ur: 29,9/Cr: 1,02/VHS:47/PCR:48,1

#10/05/19: PACIENTE EM CENTRO CIRURGICO ADMITIDO PARA TRATAMENTO DE FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA. (Redução da fx e fixação com fixador com montagem em delta por instabilidade)

EVOLUÇÃO: Paciente hemodinamicamente estável, aceita bem à dieta VO, concilia o ciclo sono-vigília. Com melhora total de dor antes referida. Sem apresentar novos episódios febris. Diurese, flatos e evacuações presentes. Boa adesão à dieta.

EXAME FÍSICO:

EGB, orientado, consciente, eupnéico, hidratado, normocorado
MIE: Presença de edema local. Pulso Periféricos Presentes.

CD: Alta médica com orientações de retorno e antibioticoterapia para uso domiciliar

Dr. Washington L. M. Fechine
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA
CRM 8846

ALUNO ACADEMICO
CRM - 000000



Hospital Maternidade São Vicente de Paulo
Anotações de Enfermagem

24/05/2019
17:02:15
MSALES

Paciente: 00125305FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA
Atendimento: 03591854

Unidade: ENFERMARIA 6 LEITOS

Médico: MARCELO PARENTE OLIVEIRA(HMSVP)

Convênio: SUS - INTERNACAO

Leito: , BLOCO IV, ENF 29-5

Serviço: ORTOPEDIA E TRAUMAT

Anotações de Enfermagem

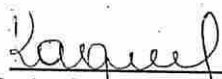
(24/05/19) 08h PACIENTE ESTAVEL , SEM QUEIXAS NO MOMENTO ,
REALIZADO CURATIVO .

P.A :120/80mmHg

T:36.6°C

P:74bpm

10H PACIENTE RECEBEU ALTA HOSPITALAR APÓS VISITA MÉDICA ,
RETIRADO ACESSO PÉRIFÉRICO .


Raquel dos Santos P. Souza
COREN -974.683

OSPITAL MATERNIDAD SAO VICENTE DE PAULO
V2000 - Sistema de Gerenciamento de Internação
comprovante da Alta Médica do Paciente

Página: 1/1
Emitido por: EGURGEL
Em: 24/05/2019 07:24

Atendimento: 3591854

Dt Atendimento: 10/05/2019 - 00:02

Dt Alta: 24/05/2019 - 07:12

Paciente: 125305 FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA

Serviço: 37 ORTOPEDIA E TRAUMAT

Convênio: 1 SUS - INTERNACAO

Leito: 182 ENF 29-5

Plano: 1 PLANO UNICO

Motivo Alta: 1 ALTA MELHORADA

Usuário: EGURGEL

CID: S822

FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA

Procedimento de Alta 0408050500 - TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA

Observação de Alta

ID: FÁBIO JÚNIOR ALVES PEREIRA, 21 ANOS, PROCEDENTE DE MISSÃO VELHA-CE
FEZ USO: CEFALOTINA (D14), GENTAMICINA (D14)

HDA: PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO COM RADIOGRAFIA DO PRONTO SOCORRO APRESENTANDO
FRATURA EXPOSTA DE OSSOS DA PERNA ESQUERDA.

HPP: NEGA OUTRAS PATOLOGIAS

EXAMES: 10/05: HB 12,8; HT 38,8; L 9.900; N 83; B 4; LT 15; M 1; P 236.000; NA 138; K 3,6; CR 1,08; TPAE: T 14,6; A 74,3; INR 1,19;
TPA 28,9

USG DOPPLER DE MIE (18/05/19): SEM ANORMALIDADES

17/05: HB:11,2 / HT: 37,2 / LEUCO: 7.000 / PLAQ: 318MIL / VHS: 103 / PCR: 102,5

19/05: VHS: 75 / PCR: 70,2 // 20/05: UR: 29,9/CR: 1,02/VHS:47/PCR:48,1

#10/05/19: PACIENTE EM CENTRO CIRURGICO ADMITIDO PARA TRATAMENTO DE FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DA PERNA
ESQUERDA. (REDUÇÃO DA FX E FIXAÇÃO COM FIXADOR COM MONTAGEM EM DELTA POR INSTABILIDADE)

EVOLUÇÃO: PACIENTE HEMODINAMICAMENTE ESTÁVEL, ACEITA BEM À DIETA VO, CONCILIA O CICLO SONO-VIGÍLIA. COM
MELHORA TOTAL DE DOR ANTES REFERIDA. SEM APRESENTAR NOVOS EPISÓDIOS FEBRIS. DIURESE, FLATOS E
EVACUAÇÕES PRESENTES. BOA ADESAO À DIETA.

EXAME FÍSICO:

EGB, ORIENTADO, CONSCIENTE, EUPNÉICO, HIDRATADO, NORMOCORADO
MIE: PRESENÇA DE EDEMA LOCAL. PULSO PERIFÉRICOS PRESENTES.

CD: ALTA MÉDICA COM ORIENTAÇÕES DE RETORNO E ANTIBIOTICOTERAPIA PARA USO DOMICILIAR

Dr. Washington L. M. Fecchi

Dr.(a) MARCELO PARENTE OLIVEIRA(HMSVP)

CRM: 13172M

maria bara belo da silva

Esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais

WWW.SAOVICENTE.ORG.BR



Hospital Maternidade São Vicente de Paulo

Radiologia Centro de Imagem - HMSVP

Atendimento: 3591854
125305 - FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA

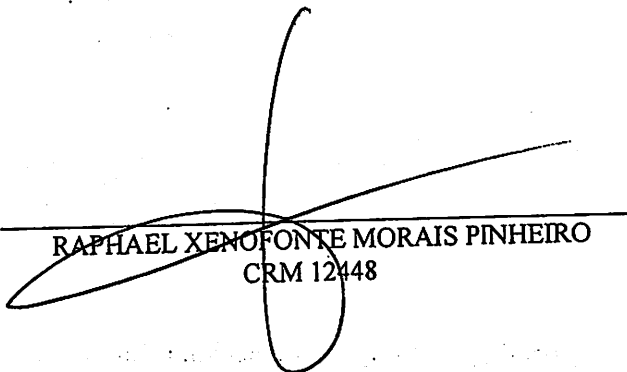
Pedido...: 896109
Idade.....: 21a 7m 11d

Paciente.....:
Solicitante.....: MARCELO PARENTE OLIVEIRA
Convênio.....: SUS - INTERNACAO
Bloco.....: BLOCO IV - CLIN MEDICA

Atendido..: 10/05/2019
Laudado...: 10/05/2019

PERNA ESQUERDA

- Controle pós-operatório de fratura de tíbia e de fíbula.


RAPHAEL XENOFONTE MORAIS PINHEIRO
CRM 12448



Paciente: 00125305FABIO JUNIOR ALVES
PEREIRA

Atendimento: 03591854

Convênio: SUS -
INTERNACAO
Leito: , BLOCO IV, ENF
29-5
Serviço: ORTOPEDIA E
TRAUMAT

Unidade: ENFERMARIA 6 LEITOS

Médico: MARCELO PARENTE
OLIVEIRA(HMSVP)

Evolução Médica
EVOLUÇÃO MÉDICA
ID: Fábio Júnior Alves Pereira, 21 anos, procedente de Missão Velha-CE
Em uso: Cefalotina (D9), Gentamicina (D9)
HDA: Paciente vítima de acidente motociclístico com radiografia do pronto socorro apresentando fratura exposta de ossos da perna esquerda.
HPP: Nega outras patologias
EXAMES: 10/05: HB 12,8; HT 38,8; L 9.900; N 83; B 4; LT 15; M 1; P 236.000; NA 138; K 3,6; CR 1,08; TPAE: T 14,6; A 74,3; INR 1,19; TTPA 28,9
USG DOPPLER DE MIE (18/05/19): Sem anormalidades
#10/05/19: PACIENTE EM CENTRO CIRURGICO ADMITIDO PARA TRATAMENTO DE FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA. (Redução da fx e fixação com fixador com montagem em delta por instabilidade)
EVOLUÇÃO: Paciente hemodinamicamente estável, aceita bem à dieta VO, concilia o ciclo sono-vigília, diurese e evacuações presentes. Refere moderada dor em membro acometido. Sem apresentar novos episódios febris. Diurese, flatos e evacuações presentes. Boa adesão à dieta.
EXAME FÍSICO:
EGB, orientado, consciente, eupnéico, hidratado, normocorado
MIE: Presença de edema local. Pulso Periféricos Presentes.
CD: 1. Mantenho suporte clínico
2. Checamos USG de MII
3. Aguardamos resultado de hemograma , VHS e PCR para definição de quadro

Dr. Washington L. M. Fecilne
ORTOPEDIA TRAUMATOLOGIA
CRM: 6809

ALUNO ACADEMICO
CRM - 000000

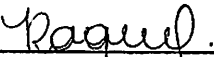


Hospital Maternidade São Vicente de Paulo
Anotações de Enfermagem

18/05/2019
17:39:50
RPINTO

Paciente: 00125305FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA
Atendimento: 03591854
Unidade: ENFERMARIA 6 LEITOS
Médico: MARCELO PARENTE OLIVEIRA(HMSVP)

Convênio: SUS - INTERNACAO
Leito: , BLOCO IV, ENF 29-5
Serviço: ORTOPEDIA E TRAUMAT

Anotações de Enfermagem		
(18/05/19) 08h PACIENTE ENCONTRA-SE ESTAVEL , REALIZADO CURATIVO EM MIE , SEM QUEIXAS , COLHIDO EXAMES LABORATORIAIS .		
P.A :120/60mmHg	T:36°C	P:78bpm
14H P.A:120/80mmHg	T:36,1°C	P:81bpm
PACIENTE ESTAVEL , SEM QUEIXAS NO MOMENTO .		
 Raquel dos Santos P. Souza COREN -974.683		



Paciente: 00125305FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA
Atendimento: 03591854
Unidade: ENFERMARIA 6 LEITOS
Médico: MARCELO PARENTE OLIVEIRA(HMSVP)

Convênio: SUS - INTERNACAO
Leito: , BLOCO IV, ENF 29-5
Serviço: ORTOPEdia E TRAUMAT

Anotações de Enfermagem

ANOTAÇÕES
19/05/19 DAS
06H AS 18H

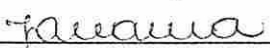
PACIENTE ENCONTRA SEM ALTERAÇÃO, CONSC. ORIENTADO, MANTEM
FIXADOR EM MIE, RELATA MOMENTOS DE ALGIA AO DEAMBULAR,
AFERIDO SSVV, E MEDICADO SEGUINDO PRESCRIÇÃO MEDICA.
REAL.CURATIVO EM MIE.

PA: 120/80mmHg T: 36.5°C P: 80Bpm

TARDE:

PACIENTE ESTAVEL, COLHIDO EXAMES LABORATORIAIS DE URGÊNCIA
ENCAMINHADO AO LABORATORIO, VERIFICADO SSVV E MEDICADO
SEGUINDO PRESCRIÇÃO MÉDICA.

PA:140/100mmHg T:36,4°C P:77Bpm


JANAINA DOS SANTOS SILVA
COREN-969096

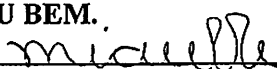


Hospital Maternidade São Vicente de Paulo
Anotações de Enfermagem

20/05/2019
05:19:12⁴⁶
MICHELLE

Paciente: 00125305FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA
Atendimento: 03591854
Unidade: ENFERMARIA 6 LEITOS
Médico: MARCELO PARENTE OLIVEIRA(HMSVP)

Convênio: SUS - INTERNACAO
Leito: , BLOCO IV, ENF 29-5
Serviço: ORTOPEDIA E TRAUMAT

Anotações de Enfermagem		
19/05/2019	20:00	PACIENTE SEM QUEIXAS NO MOMENTO, ACEITA DIETA, DIURESE E FEZES PRESENTE, AFERIDO SINAIS VITAIS, MEDICADO CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA.
PA=110/80mmHg	T=37°C	P=79bpm.
06:00 PACIENTE DORMIU BEM.		
		
MICHELLE MARIA DA SILVA		
COREN=764822		

1. O presente processo trata-se de uma ação de indenização por danos morais e materiais, proposta por [nome], contra [nome], com fundamento no art. 17, § 1º, do Lei nº 12.526/2012, que dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado em matéria de saúde.

2. O autor alega que, em decorrência de uma falha no atendimento médico, sofreu danos materiais e morais, que lhe causaram prejuízos e sofrimento.

3. O autor requer a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos materiais e morais, além das custas processuais e honorários advocatícios.

4. O réu alega que não houve falha no atendimento médico e que o autor não sofreu danos materiais e morais.

5. O juízo de fato deve analisar as alegações das partes e determinar a procedência ou improcedência da ação.

6. O juízo de fato deve analisar as provas produzidas no processo e determinar a procedência ou improcedência da ação.

7. O juízo de fato deve analisar as alegações das partes e determinar a procedência ou improcedência da ação.

8. O juízo de fato deve analisar as provas produzidas no processo e determinar a procedência ou improcedência da ação.

9. O juízo de fato deve analisar as alegações das partes e determinar a procedência ou improcedência da ação.

10. O juízo de fato deve analisar as provas produzidas no processo e determinar a procedência ou improcedência da ação.

11. O juízo de fato deve analisar as alegações das partes e determinar a procedência ou improcedência da ação.

12. O juízo de fato deve analisar as provas produzidas no processo e determinar a procedência ou improcedência da ação.

13. O juízo de fato deve analisar as alegações das partes e determinar a procedência ou improcedência da ação.

14. O juízo de fato deve analisar as provas produzidas no processo e determinar a procedência ou improcedência da ação.

15. O juízo de fato deve analisar as alegações das partes e determinar a procedência ou improcedência da ação.



PRESCRIÇÃO.: 1281598 DATA: 20/05/2019 12:00
USUÁRIO....: EGURGEL
ATENDIMENTO: 3591854 DT NASC: 17/10/1997 (21A 7M 2D)
CONVÊNIO....: SUS - INTERNACAO
PACIENTE....: 125305 - FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA
PESO.....: ALTURA: SUP. CORPOREA:
INTERNAÇÃO.: 10/05/2019 00:02 10 DIAS(S) INT

1ª VIA

Rubrica do
Médico

MÉDICO.....: MARCELO PARENTE OLIVEIRA(HMSVP) SERVIÇO: ORTOPEDIA E TRAUMAT
UNID. INT...: BLOCO IV LEITO...: ENF 29-5 COBERTURA: APARTAMENTO - HOSPITAL DIA
CID.....: S822 FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA CICLO...: /
DIAGNÓSTICO:
PROTOCOLO...:
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

MEDICAMENTOS

	Qtd	Unidade	SN	Apl	Frequência	Data	Horários
8 (D10/30) CLEXANE 40MG SERINGA - ENOXAPARINA 100MG/ML 0,4ML	1	SER C/40MG		SC	24hs/24hs	[21/05]	. 00
9 (D8/10) OMEPRAZOL 20MG CAPSULA	1	CAPS C/20M		VO	Manha	[20/05]	. 12

Obs.: 30 min antes do café.

EXAMES LABORATORIAIS

	Qtd	Unidade	SN	Apl	Frequência	Data	Horários
10 VSH						[20/05]	. 12
11 PROTEINA C REATIVA TITULADA							

Obs.: Indicação:

PROCEDIMENTOS ENFERMAGEM

	Qtd	Unidade	SN	Apl	Frequência	Data	Horários
12 AFERIR SINAIS VITAIS					8hs/8hs	[20/05]	. 16
						[21/05]	. 00
13 CUIDADOS GERAIS					Continua	[20/05]	. 00

Dr. Marcelo Murilo da Silva
Ortopedia / Traumatologia
CRM - 6072
CPF - 3463148374

ALUNO ACADEMICO
CRM: 000000



Paciente: 00125305FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA
Atendimento: 03591854
Unidade: ENFERMARIA 6 LEITOS
Médico: MARCELO PARENTE OLIVEIRA(HMSVP)

Convênio: SUS - INTERNACAO
Leito: , BLOCO IV, ENF 29-5
Serviço: ORTOPEDIA E TRAUMAT

Anotações de Enfermagem

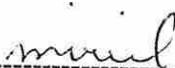
20/05/2019 20HS PACIENTE ENCNTRA-SE ESTAVEL, NEGA ALGIA
ACEITA A DIETA, DIURESE E FEZES PRESENTES, VERIFICADO SINAIS VITAIS
MEDICADO CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA.

PA=140/80mmHg

T=36.2°C

P=86bpm

06HS PACIENTE DORMIU BEM.


MARIA MIRIEL DA SILVA
COREN=682290

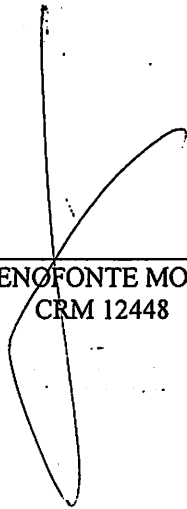
**Hospital Maternidade São Vicente de Paulo****Radiologia - HMSVP**

Atendimento: 3591785
Paciente.....: 125305 - FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA
Solicitante.....: ANTONIO HELSON V DE BRITO (HMSVP)
Convênio.....: SUS - AMBULATORIO
Bloco.....: PRONTO SOCORRO ADULTO

Pedido.....: 896098
Idade.....: 21a 7m 11d
Atendido.....: 09/05/2019
Laudos.....: 09/05/2019

PERNA ESQUERDA

- Fratura de tíbia e de fíbula.
- Aumento de partes moles de fíbula e tíbia proximais.



RAPHAEL XENOFONTE MORAIS PINHEIRO
CRM 12448



Ficha de Atendimento - INTERNACAO

Dados do Paciente

Paciente : 125305

Nome do Paciente : FABIO JUNIOR ALVES PEREIRA

Sexo : MASCULINO

Estado Civil : SOLTEIRO

Religião :

Profissão : AGRICULTOR

Naturalidade : BARBALHA

Endereço : SITIO FORQUILHA

Número : 0

Bairro : ZONA RURAL

Cidade : MISSAO VELHA

CEP : 63200970

Telefone : 981386066

Identidade : 20171639078

CPF : 09052827362

CNS : 709607655715079

Nome da Mãe : MARIA ALDERISA PEREIRA

Nome do Pai : JOSE ADESIO PEREIRA

Profissão Declarada : AGRICULTOR

Dados do Responsável

Nome : MARIA IARA BELO DA SILVA

Parentesco : ESPOSO (A)

Fone : 981386066

Endereço : SITIO FORQUILHA

Número : 0

Complemento :

CEP : 63200970

Dados do Atendimento

Número : 3591854



Data : 10/05/2019 Hora : 00:02:22

Origem : INTERNACAO

3591854

Tipo : INTERNACAO CIRURGICA URGENTE

Unidade de Internação : BLOCO IV

Leito : ENF ISOL 36-1

Médico do Atendimento : 1472 MARCELO PARENTE OLIVEIRA(HMSVP)

Conselho: CRM -13172M

Especialidade : ORTOPEDIA/TRAUMATOLOG

CPF : 03944615417

Convênio : 1 SUS - INTERNACAO

Plano : PLANO UNICO

Teira :

Guia :

Dias Autorizados :

Horas Autorizadas :

Acomodação : ISOLAMENTO

Serviço : ORTOPEDIA E TRAUMAT -

CID : S822 FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA

Procedimento principal : 0408050500

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA

Local de Procedência :

Motivos

Marcelo Parente Oliveira
Ortopedia e Traumatologia
CRM/MEC 13172

MARCELO PARENTE OLIVEIRA(HMSVP)
CRM 13172M

Maria Iara Belo da Silva
Paciente/Responsável

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Missão Velha

Vara Única da Comarca de Missão Velha

Rua Cel. José Dantas, S/N, Boa Vista - CEP 63200-000, Fone: (88) 3542-1660, Missão Velha-CE - E-mail: missaovelha@tjce.jus.br

DESPACHO INICIAL (CITAÇÃO ELETRÔNICA)

Processo nº: **0050146-21.2020.8.06.0125**
Classe: **Procedimento Comum**
Assunto: **Seguro**
Requerente: **Fábio Júnior Alves Pereira**
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Defiro a gratuidade judiciária.

Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, com fundamento no art. 334, § 4º, II do CPC, tendo em vista que as demandas desta natureza não comportam autocomposição antes da realização de perícia médica.

Cite-se a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT pelo portal eletrônico do e-SAJ para, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei nº. 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente.

Determino, outrossim, a intimação da requerida para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do processo administrativo relativo ao fato descrito na inicial.

Exp. Nec.

Missão Velha (CE), 01 de abril de 2020.

Mauricio Hoette

Juiz de Direito

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Missão Velha

Vara Única da Comarca de Missão Velha

Rua Cel. José Dantas, S/N, Boa Vista - CEP 63200-000, Fone: (88) 3542-1660, Missão Velha-CE - E-mail: missaovelha@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0050146-21.2020.8.06.0125**
Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
Classe: **Procedimento Comum**
Assunto: **Seguro**
Requerente: **Fábio Júnior Alves Pereira**
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICA-SE que em 16/04/2020 o ato abaixo foi disponibilizado para o(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e encaminhado através do portal eletrônico e-SAJ.

Teor do ato: "Defiro a gratuidade judiciária. Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, com fundamento no art. 334, § 4º, II do CPC, tendo em vista que as demandas desta natureza não comportam autocomposição antes da realização de perícia médica. Cite-se a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT pelo portal eletrônico do e-SAJ para, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei nº. 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente. Determino, outrossim, a intimação da requerida para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do processo administrativo relativo ao fato descrito na inicial. Exp. Nec.".

Missão Velha/CE, 16 de abril de 2020.